

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.237 - SE (2019/0046701-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : FIEL LOGISTICA COMERCIO E SERVIÇOS
ADVOGADO : ROBERTA DORIA OLIVEIRA FIEL ELOY - SE008090
RECORRIDO : STEMAC S/A GRUPOS GERADORES
ADVOGADOS : RODRIGO NOSCHANG DA SILVA E OUTRO(S) - RS049724
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - SE000392A
FÁBIO KORENBLUM - RS092135A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por FIEL LOGISTICA COMERCIO E SERVIÇOS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de FIEL LOGISTICA COMERCIO E SERVIÇOS, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem o comprovante de pagamento das custas devida ao STJ, apesar de presente a guia de recolhimento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg

no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Antes de o tribunal de origem proceder à intimação para o recolhimento em dobro, previsto no § 4º, art. 1.007 do Código de Processo Civil, a parte juntou o respectivo comprovante de pagamento; no entanto, de forma simples.

Percebida, no Superior Tribunal de Justiça haver irregularidade no recolhimento do preparo, houve a intimação da parte Recorrente, com fundamento no art. 1.007, §§ 2º e 4º, do Código de Processo Civil, para complementar o recolhimento, no prazo de cinco dias, somente da parte faltante da verba em dobro, uma vez que foi recolhido o preparo somente de forma simples, mesmo sendo devido em dobro.

A parte, embora regularmente intimada para efetuar a complementação, ficou-se inerte, não regularizando o preparo de forma adequada. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n. 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente